



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

USUCAPIÃO FAMILIAR:
aspectos materiais e processuais do novel instituto

Anteprojeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia como requisito de seleção para ingresso como aluno regular do Mestrado.

LINHA DE PESQUISA: Estrutura e função dos institutos jurídicos civis na sociedade contemporânea
Orientador: Roxana Cardoso
Brasileiro Borges

Salvador
2017

1 PROBLEMATIZAÇÃO e HIPÓTESE

O direito civil, historicamente reconhecido como um dos mais estáveis e imutáveis ramos jurídicos, quase que infenso às constantes alterações legislativas, passou, nas últimas décadas, por uma intensa revisitação e reavaliação de seus conceitos e princípios.

O estatuto civil, tido como a constituição do homem comum, sempre se mostrou suficientemente distante das previsões constitucionais e das mudanças políticas ocorridas no seio da sociedade. A legislação civilista, destarte, compunha uma verdadeira ilha normativa, *locus* normativo privilegiado do indivíduo.

Com a tão propagada constitucionalização do direito civil, seus institutos mais clássicos, como o ideal absolutista da propriedade privada, passaram a ser reanalisados sob nova ótica, sofrendo a influência de uma nova tábua axiológica trazida pela Carta Magna (LÔBO, 1999).

É nesse contexto, que em apertada síntese mencionamos que acabam por brotar novas figuras jurídicas no seio do outrora rígido e imutável *jus civile*, buscando superar a concepção tradicionalista e patrimonialista então vigente (PERLINGIERI, 2007). Os novos institutos jurídicos criados, antenados com os novos ideais constitucionais, tem por desiderato minimizar a distância entre consagrados institutos cíveis dos novos valores vigentes na pós-modernidade.

O art. 1240-A, dentro desse novo e importante momento histórico por que passa o direito civil, busca aproximar a tradicional figura da usucapião dos hodiernos valores que inspiram o moderno *jus civile*, como a função social da propriedade e a despatrimonialização de seus institutos milenares.

Como toda novidade, a novel figura jurídica vem causando grande polêmica no seio doutrinário. Diversas são as questões levantadas pelos mais variados escritores, muitos questionando a viabilidade de sua aplicação. Não são poucas as vozes que advogam a sua inconstitucionalidade, não apenas do ponto de vista material, como também pelo aspecto formal.

Ainda que superada a controversa questão da constitucionalidade, inúmeros são os questionamentos acerca de sua aplicabilidade. Por tratar-se de instituto recém-criado, diversos pontos, no que tange à sua interpretação, permanecem indefinidos, desafiando

os estudiosos a traçar caminhos seguros para sua correta aplicação aos casos concretos vindouros.

O cerne da pesquisa, portanto, é verificar se o novo instituto tem condições de ser aplicado na prática judiciária e, superada esta problemática, analisar quais são as melhores saídas hermenêuticas para que sua aplicação se faça respeitando os princípios constitucionais, explícitos e implícitos. O problema, destarte, consiste em buscar interpretações que melhor se coadunem com a nova tábua axiológica instalada pela Constituição Federal de 1988 e que permitam a sua real efetividade no cotidiano forense, de forma que não se trate apenas de mais uma figura decorativa no ordenamento jurídico pátrio.

Estabelecida a problemática, entende-se, numa análise perfunctória, como hipótese mais factível, que o novo instituto apresenta-se em acordo com a hodierna ordem constitucional, devendo o intérprete, guiado pelo princípio hermenêutico da máxima eficiência ou efetividade, também aplicável em sede infraconstitucional, buscar extrair da norma a mais ampla gama de efeitos, evitando que a regra legal ora estudada torne-se inútil do ponto de vista jurídico, ou que seja aplicada de forma restrita ou limitada, privando-a de todos os desdobramentos que seriam possíveis de serem desenvolvidos na prática jurídica.

Assim é que, à primeira vista, as diversas dificuldades enfrentadas na aplicação da nova figura jurídica podem ser ultrapassadas pelo hermeneuta e aplicador do direito, tomando sempre como baliza a Carta Magna de 1988 e os seus princípios regentes, de molde que a norma ganhe efetividade prática e tenha o condão de concretizar os postulados encartados na *Lex Legum*.

2 JUSTIFICATIVA

O novo Código Civil de 2002, em seu art. 1.240-A, trouxe a lume uma nova figura jurídica que vem causando grande celeuma no meio jurídico. Os doutos do direito vêm-se digladiando na busca por respostas às intrincadas questões que surgem de sua análise, parecendo não haver consenso entre a doutrina no que concerne aos pontos mais importantes do novel instituto.

A despeito da originalidade da figura, a literatura existente sobre o tema é parca, e, na maioria das vezes, de pouca qualidade. A maioria dos textos encontra-se pulverizada em páginas virtuais, dificultando enormemente o trabalho de pesquisa.

Como se não bastasse, poucos autores de renome se interessaram pelo assunto, sendo a bibliografia formada predominantemente por artigos de escasso valor científico e que pouco contribuem para o debate.

Dentre os escritores que se aventuraram a pesquisar a matéria, poucos foram os que propuseram alternativas hermenêuticas que tornassem viável a aplicação da figura jurídica, de modo a compatibilizá-la com os ditames da Magna Carta. Muitos preferiram trilhar o caminho da crítica vazia, sentenciando à morte um instituto que acabara de nascer. O pessimismo generalizado não contribuiu, em nenhum aspecto, para o aprofundamento das discussões em torno das intrigantes questões que pululam quando da análise do tema.

Grande parcela da doutrina vem entendendo pela inconstitucionalidade do novel instituto, tanto sob o prisma formal quanto material, de forma que o mesmo não poderia ser aplicado. Este é inclusive o pensamento de Maria Berenice Dias (2011) que, ao discorrer sobre o tema, tece duras críticas ao legislador, vislumbrando na nova norma um imenso retrocesso no que tange às relações familiares.

Destarte, em face do entendimento doutrinário, que parece ser dominante, cogitando a inaplicabilidade ou inconstitucionalidade da figura jurídica, mister se faz empreender um estudo com o objetivo de buscar meios hermenêuticos de viabilizar a aplicação do instituto da forma mais eficaz e que melhor se coadune com os princípios encartados na Carta Magna. Apenas a crítica e o esvaziamento do novo comando legal não permitem uma interpretação construtiva, que permita extrair do instituto consequências jurídicas, de forma a concretizar o princípio da máxima efetividade, aplicável não apenas na seara da hermenêutica constitucional, como também em outros ramos do direito.

Outrossim, como já afirmado anteriormente, trata-se de figura de recentíssima inclusão no Código Civil, o que suscita inúmeros questionamentos quanto a sua aplicação. Necessário se faz, portanto, enfrentar essas novas questões, traçando caminhos interpretativos que auxiliem o operador jurídico no entendimento do novel instituto.

A bibliografia sobre o tema ainda se mostra por demais escassa, causando ainda maiores transtornos quando de sua aplicação a casos concretos, o que já vem ocorrendo de forma tímida.

O Judiciário, ainda de forma incipiente, começa a utilizar o novo comando legal, mesmo não possuindo bases teóricas e referências doutrinárias para tanto. Um estudo mais aprofundando sobre a matéria mostra-se imprescindível para guiar os passos dos magistrados e advogados na aplicação do instituto, mostrando os caminhos possíveis e apontando as melhores soluções para as dificuldades que certamente serão enfrentadas na prática judiciária.

Outro ponto de bastante relevância e que revela a grande importância do tema é a interdisciplinaridade que envolve o instituto e suas discussões. O estudo do artigo em comento exige o aprofundamento de questões importantes do direito de família, dos direitos reais e do direito processual civil. Trata-se de tema rico e que envolve diversos ramos do direito, possibilitando ao orientando desenvolver conhecimentos em diversas searas, além de permitir uma visão mais global da ciência jurídica, fenômeno cada vez mais raro, em face da contínua e crescente especialização dos operadores do direito.

Vê-se, portanto, que o tema escolhido, além de bastante interessante e relevante, mostra-se ainda pouco estudado e debatido, permitindo inúmeros questionamentos e reflexões novas, abrangendo diversas áreas do conhecimento jurídico. Deste modo, mostra-se plenamente justificável a escolha, de forma a contribuir para uma melhor aplicação do instituto no futuro.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral procurar soluções viáveis para evitar os entraves à aplicação da nova figura jurídica apontada, propondo meios e alternativas para que o mesmo possa ser aplicado da forma mais eficaz e consentânea com a nova tábua axiológica inaugurada pela Carta Magna de 1988.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados como objetivos específicos:

- a) analisar a constitucionalidade do novel instituto, tanto no seu aspecto material quanto formal, tendo como norte hermenêutico os princípios e regras constitucionais que regem o direito de família e os direitos reais, verificando inclusive se o novo comando legal não atrita com as disposições da EC 66/10 e com os novos rumos do direito de família;
- b) avaliar se esta nova modalidade de usucapião incide apenas sobre imóveis urbanos, como determina o comando legal, ou deve abarcar também imóveis rurais, em quais regimes de bens seria aplicável o instituto e se o momento da aquisição do bem influi na sua utilização;
- c) analisar aspectos práticos de sua aplicação, como a sua incidência em casos de abandono do imóvel sem que haja o abandono familiar, verificando também se a nova figura se aplica a outras espécies de entidade familiar que não apenas o casamento e a união estável e se a celebração de novo casamento ou união estável por parte do cônjuge/companheiro abandonado consistiria em causa impeditiva da usucapião;
- d) verificar questões processuais acerca da aplicação do instituto, como a competência para julgar a demanda, a necessidade ou não de utilização do procedimento especial da usucapião e a possibilidade de se cumulem demandas contra terceiro e o cônjuge, e acaso se revele possível, a forma de sua procedimentalização.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A lei 12.424, de 16 de junho de 2011, que teve por escopo regulamentar o programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, trouxe importante inovação jurídica no cenário nacional, ao acrescentar o art. 1.240-A ao recente Código Civil de 2002. A referida modificação do *codex* civilista deu-se por força do art. 9º da citada lei, causando grande polêmica na doutrina pátria, estabelecendo que “aquele que exercer, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua

moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

A novel forma de usucapião, ainda inédita no direito brasileiro, também chamada de usucapião familiar, por abandono de lar ou pró-família, trouxe inúmeras discussões e questionamentos no âmbito doutrinário, mormente no que toca à sua aplicabilidade.

Parte da doutrina passou a tecer críticas contundentes em relação ao recém-criado instituto, aduzindo tanto a sua inconstitucionalidade formal, quanto material, em face de múltiplas violações a preceitos esculpidos na Carta Magna de 1988. Os militantes da seara do direito de família insurgiram-se, de forma voraz, contra a aplicação da nova regra. Maria Berenice Dias (2011), vice-presidente do IBDFAM, chegou a anunciar um verdadeiro desastre provocado pela alteração legislativa, defendendo tratar-se de verdadeiro retrocesso, vez que acabaria por reinserir a discussão da culpa, já sepultada com o advento da EC 66/10, no âmbito da separação e do divórcio, acirrando ainda mais as discussões familiares. Esta também é a opinião de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2012), ao afirmarem que o novel artigo “se apoia no subjetivismo da identificação de um culpado para criar uma nova pena civil, a da perda da propriedade do imóvel do casal...”.

Os críticos da referida norma apoiam-se ainda numa possível mácula ao princípio da isonomia (EHRHARDT, 2011), vez que, enquanto os solteiros precisariam aguardar o transcurso do lapso de cinco anos, os separados ou divorciados necessitariam apenas de dois anos de posse ininterrupta para conquistar a titularidade imobiliária, o que acabaria por ensejar um incentivo ao abandono do lar.

É de se ver, entretanto, que o novo instituto não recebeu apenas críticas por parte da massa doutrinária. A recente modificação legislativa foi alvo de encômios de parcela dos estudiosos. O entendimento de Mônica Guazzelli (2012), em artigo publicado na Revista IBDFAM, é o de que a nova figura jurídica, plasmada no art. 1.240-A do Código Civil, concretiza o princípio fundamental do direito à moradia, respeitando-se, destarte, o uso social da propriedade. Outro não é o entendimento de Maria Aglaé Tedesco Vilardo (2012), em publicação da mesma revista citada, ressaltando que a inserção do artigo veio como forma de proteger o direito constitucional de moradia, cumprindo, deste modo, os preceitos fundamentais encartados na Carta Magna.

O aspecto da constitucionalidade da norma, entretanto, não constitui o único ponto de discussão na doutrina. Inúmeros aspectos de direito material e instrumental, ainda não suficientemente debatidos, tornam complexa a sua aplicação na prática judiciária.

Sem sombra de dúvidas, uma das questões que mais tem causado divergência na seara doutrinária é a relativa à exigência, para a configuração do instituto, do abandono do lar por parte de um dos cônjuges. Boa parte da crítica fulcra-se justamente nessa expressão do legislador, entendendo que reacende a discussão da culpa na dissolução do casamento, o que contrariaria o espírito da EC 66/10 e a evolução jurisprudencial sobre o tema. Há quem afirme, entretanto, como o faz o diretor do IBDFAM de Santa Catarina, Douglas Phillips Freitas (2011), que a expressão foi utilizada de forma atécnica pelo legislador. Para o citado autor, o termo deve ser entendido de forma objetiva, significando apenas a separação de fato do casal, sem se perquirir acerca de eventual culpa. Conseguir-se-ia, assim, aplicar o instituto sem se desnaturar os mais modernos entendimentos do direito de família acerca da dissolução do casamento.

Este, contudo, não parece ser o entendimento esposado na V Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, aonde se chegou à conclusão de que o “requisito abandono do lar deve ser interpretado de maneira cautelosa, mediante a verificação de que o afastamento do lar conjugal representa descumprimento simultâneo de outros deveres conjugais, tais como assistência material e sustento do lar...”. Veja-se, portanto, que os participantes do referido encontro pugnam pela exigência de mais requisitos para a aplicação do instituto, não se contentando apenas com a simples separação de fato, devendo haver, também, a violação de um dos compromissos conjugais elencados no Código Civil.

Outros aspectos também não passaram despercebidos pela doutrina e devem ser alvo de reflexão aprofundada. Constata-se, pela leitura do dispositivo legal, que o legislador contemplou apenas o possuidor de imóvel urbano com a possibilidade de aquisição da propriedade. Tal fato é alvo de indagação do professor Flávio Tartuce (2011), ao mencionar, com estranheza, a não inclusão do possuidor de imóvel rural. Idêntico questionamento é realizado por Arnaldo de Lima Borges Neto (2011).

O comando normativo sob comento alude literalmente apenas ao ex-cônjuge e ao ex-companheiro. Parece, deste modo, limitar os legitimados à propositura da ação de usucapião. Ocorre que parcela da doutrina pugna por uma interpretação ampliada da

disposição legal. Tem-se sustentado, em consonância com o novo conceito de família esboçado pela mais moderna doutrina, que o ex-companheiro homossexual também pode utilizar-se do instituto estudado, em concretização ao princípio da isonomia e de acordo com o entendimento exarado pelo STF em decisão bastante recente. Neste sentido entendeu-se na V Jornada de Direito Civil, ao se afirmar, no enunciado 500, que a modalidade de usucapião promovida pelo art. 1.240-A do Código Civil “compreende todas as formas de família ou entidades familiares, inclusive homoafetivas”.

Aspecto interessante e que parece ter passado despercebido pela doutrina, diz respeito à existência de novo casamento ou união estável pelo cônjuge/companheiro abandonado como causa impeditiva da aquisição prescritiva. O instituto tem por escopo proteger justamente pessoas em condições de hipossuficiência, razão pela qual poder-se-ia sustentar que, a partir do momento em contraiu novas núpcias, o ente abandonado não poderia mais utilizar-se do benefício legal, assim como se tem entendido em relação à pensão.

Não são apenas as questões de direito material relacionadas ao instituto que despertaram o interesse dos estudiosos. A aplicação da novel figura jurídica exige o enfrentamento de numerosos problemas de ordem processual e instrumental, de forma que possa ser aplicada eficazmente pelo operador jurídico.

A primeira e mais evidente indagação que se coloca é acerca da competência para julgar os feitos que envolvem o instituto aqui discutido. A doutrina parece inclinar-se para reconhecer a atribuição ao juízo, apontado na lei de organização judiciária do Estado ou do Distrito Federal, como competente para conhecer da dissolução do casamento ou da união estável e da partilha de bens (ALBUQUERQUE JÚNIOR; GOUVEIA FILHO, 2011).

Outro ponto, tocante ao aspecto processual, é a contagem do prazo biennial previsto na norma. Tem-se uma importante questão de direito intertemporal a ser debatida, vez que se trata de norma recente e que deve ser adequada aos casos práticos já vivenciados quando da entrada em vigência da norma. A doutrina (FARIAS; ROSENVALD, 2012) tem se inclinado pelo entendimento segundo o qual o prazo de dois anos somente tem seu fluxo iniciado a partir da vigência da lei 12.424/2011, ou seja, 16 de junho de 2011. Neste sentido, editou-se o enunciado 498 da V Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.

Tem-se discutido ainda acerca da aplicabilidade do procedimento especial previsto para a usucapião. Sustenta a doutrina (ALBUQUERQUE JÚNIOR; GOUVEIA

FILHO, 2011) que não seria o caso de aplicação do procedimento diferenciado previsto no Código de Processo Civil, vez que o rito especial tem por desiderato formar uma relação processual que se dá contra todos, tendo como ponto fulcral a previsão de citação editalícia de réus hipotéticos. Segundo os autores, “na nova modalidade de usucapião, este aspecto deixa de ter relevância. Se os cônjuges precisam ser titulares em conjunto do domínio sobre o bem, não há como ferir interesse de terceiros”. Deste modo, nem mesmo os confinantes poderiam sair prejudicados, pois a sentença teria por objeto apenas a declaração de aquisição da meação por um dos cônjuges.

Debate-se, em sede doutrinária, sobre a possibilidade de cumulação de demandas – ação de usucapião contra todos e a ação de usucapião contra o cônjuge ou companheiro. Alguns sustentam a impossibilidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR; GOUVEIA FILHO, 2011), vez que, enquanto a usucapião tradicional seria operado mediante o procedimento especial, a usucapião familiar seguiria o rito normal, havendo óbice para a cumulação. Sustenta-se, entretanto, que, em sendo possível a junção das demandas, a cumulação seria do tipo sucessiva.

Tema umbilicalmente conexo com o acima tratado diz respeito à possibilidade, ou não, de utilização do instituto ora estudado contra terceiros. O professor Marcos Ehrhardt (2011) chegou a esboçar opinião no sentido de que a lei permitiria que a propriedade fosse conferida a ambos os cônjuges. Ocorre que, em digressão posterior, acabou por render-se ao entendimento de que “[...] o art. 1.240-A apenas poderia ser utilizado entre cônjuges ou companheiros por ocasião do fim do relacionamento, não sendo possível sua utilização ante terceiros.” Este também é o entendimento de Flávio Tartuce (2011).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

A abordagem do tema será feita através do método dialético, envolvendo análise de artigos, livros, pareceres, leis e jurisprudência relacionados ao tema pesquisado.

5.2 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO

Os métodos de investigação adotados serão o estudo bibliográfico da literatura da área do Direito publicada nos diversos tipos de documentos acadêmicos e científicos,

como também o método documental, através do exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que, embora já tenham sido processados, possam receber outras interpretações, como, por exemplo, relatórios, tabelas, julgados e diplomas normativos.

Conforme Gil (1999, 2002), o estudo bibliográfico é realizado a partir da análise das fontes publicadas acerca do tema focalizado na pesquisa, como livros, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em eventos científicos, etc. Como ainda ressalta Gil (1999, 2002), embora seja uma exigência em todos os estudos a revisão da literatura em torno da temática abordada, há estudos que se ocupam da análise de teorias, que somente podem ser acessadas e analisadas a partir das publicações que as tornaram públicas.

5.3 TÉCNICAS

A técnica a ser utilizada será primordialmente a bibliográfica, voltada à compilação das ideias dos estudiosos do assunto, visando a sistematizá-las e analisá-las a partir de uma perspectiva crítica capaz de lhes conferir ordem de sentido.

Para interpretação e análise dos conteúdos acessados por meio da adoção dos métodos bibliográfico e documental, serão adotadas as técnicas da análise de conteúdos e análise do discurso.

6 PROJETO DE SUMÁRIO

- a) Introdução
- b) Análise da Constitucionalidade do instituto
 - b.1) Constitucionalidade Formal
 - b.2) Constitucionalidade material
- c) Espectro de aplicação e alcance da novel figura jurídica
 - c.1) Análise da incidência sobre imóveis urbanos
 - c.2) Abandono do imóvel desacompanhado do abandono familiar
 - c.3) Aplicação em outras espécies de entidade familiares
 - c.4) Celebração de novo casamento como causa impeditiva da usucapião
- d) Aspectos processuais de aplicação
 - d.1) Competência para processamento e julgamento

- d.2) Procedimento
- d.3) Cumulação de demandas
- e) Conclusão

7 CRONOGRAMA

Atividades Programadas	1° SEMESTRE	2° SEMESTRE	3° SEMESTRE	4° SEMESTRE
Pesquisa Bibliográfica				
Coleta do Material				
Análise e Comparação dos Dados				
Elaboração da Dissertação				
Análise com o Orientador				
Conclusão da Dissertação				

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Roberto Paulino de; GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos. Primeiras anotações sobre os pressupostos e a processualização da usucapião familiar. **Revista de Processo**, v. 199, set. 2011.

AMORIM, Ricardo Henrique Pereira. IBDFAM. **Primeiras impressões sobre a usucapião especial familiar urbana e suas implicações no direito de família**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Usucapião%20abandono%20do%20lar%2001_09_2011.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ARRUDA, Alvim. **Comentários ao Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro, Forense: 2009. Vol. XI, Tomo I (Livro Introdutório ao Direito das Coisas) e Tomo II (Comentários aos arts. 1.196 a 1.224), 2009.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976. (Edição histórica).

BORGES NETO, Arnaldo de Lima. A nova usucapião e o abandono do lar. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n.2948, jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19661>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CAHALI, Yussef Said. **Divórcio e separação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, Maria Berenice. **EC 66/10 - e agora?** Disponível em: <<http://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2287526/artigo-ec-66-10-e-agora-por-maria-berenice-dias>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **O fim da separação: um novo recomeço!** Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/o_fim_da_separa%20e7o_um_novo_recome%20o.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. São Paulo: Saraiva. 2006. v. 5.

EHRHARDT, Marcos Junior. **Temos um novo tipo de usucapião criado pela Lei 12.424/11, problemas à vista**. Disponível em: <<http://www.marcosehrhardt.adv.br/index.php/blog/2011/06/24/temos-um-novo-tipo-de-usucapiao-criado-pela-lei-1242411-problemas-a-vista>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de (Coord.). **Temas atuais de direito e processo de família**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

FERNANDEZ, Atahualpa. **A suportabilidade da vida em comum: a dissolução da sociedade conjugal e o novo código civil**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

FREITAS, Douglas Phillips. **Usucapião e direito de família**: comentário aos Art. 1.240-A do Código Civil. Disponível em: <[www.lex.com.br/noticias/doutrinas/doutrinas_texto.asp?id=22088927 &acesso=2](http://www.lex.com.br/noticias/doutrinas/doutrinas_texto.asp?id=22088927&acesso=2)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Adriano Marteleto. **A nova modalidade de usucapião prevista pelo art. 1.240-A do Código Civil**. Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/informacao/artigos/a-nova-modalidade-de-usucapiao-previst-a-pelo-art-1-240-a-do-codigo-civil/302/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19. ed. atualiz. por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GUAZZELLI, M. Usucapião por abandono do lar conjugal: repercussões no direito de família. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. IBDFAM, Belo Horizonte, ano 14, n. 28, p. 97-110, jun./jul. Magister, 2012.

LEAL, Rogério Gesta. **A função social da propriedade e da cidade no Brasil**: aspectos jurídicos e políticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Constitucionalização do Direito Civil**. Jus Navigandi, Teresina, [ano 4, n. 33, 1 jul. 1999](#). Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/507>>. Acesso em: 15/04/2013.

LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado – Arts. 1 a 232**. São Paulo Saraiva, 2003. Vol. I.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2003. v.3.

ORSELLI, Helena Azeredo. Análise crítica da usucapião especial urbana por abandono. **Revista Síntese de Direito de Família**, v. 13, n. 69, p. 129-138, dez./jan. 2011/2012.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **A emenda constitucional nº 66/2010**: semelhanças, diferenças e inutilidades entre separação e divórcio e o direito intertemporal. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=647>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional**. Rio de Janeiro, Renovar, 2007.

PORTAL DA JUSTIÇA FEDERAL. Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. **Enunciados da V Jornada de Direito Civil**. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/cjf/cej-publ/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

RIBEIRO, Benedito Silvério. **Tratado de usucapião**. São Paulo: Saraiva, 2006. v.1.

SILVA, Luciana Santos. **Uma nova afronta à carta constitucional: usucapião pró-família**. Disponível em: <www.ibdfam.org.br/img/artigos/Usucapi%C3%A3o%20Lucia>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SIMÃO, Jorge Fernando. **Usucapião familiar: problema ou solução?** Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/informacao/revista-juristas/usucapiao-familiar-problema-ou-solucao/598/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SOUZA, Marcelo Agamenon Goes de; MANOEL, Vinicius. Usucapião “familiar” ou usucapião especial urbana por abandono de lar. **Consulex**, Brasília, DF, ano 16, n. 373, p. 54-57, ago. 2012.

TARTUCE, Flávio. **A usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal**. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/flaviotartuce/2011/08/10/a-usucapiao-especial-urbana-por-abandono-do-lar-conjugal/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TJMG. **Juiz garante usucapião conjugal**. Notícias, 22 set. 2011. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/anexos/nt/noticia.jsp?codigoNoticia=35056>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2010.

VILARDO, M.A.T., Usucapião Especial e Abandono de Lar – Usucapião entre ex-casal. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. IBDFAM, Belo Horizonte, ano 14, n. 27, p. 46-60, abr./maio, Magister, 2012.